



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JOSÉ ÍTALO FEITOSA LIMA

**UM TELEFONE SEM FIO: O CASO DAS PRIVATIZAÇÕES DE
TELECOMUNICAÇÕES NA PARAÍBA (1998)**

**CAMPINA GRANDE
2024**

JOSÉ ÍTALO FEITOSA LIMA

**UM TELEFONE SEM FIO: O CASO DAS PRIVATIZAÇÕES DE
TELECOMUNICAÇÕES NA PARAÍBA (1998)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito total à obtenção do título de Licenciado em História.

Área de concentração: Relações de poder, subjetividades e cultura política.

Orientadora: Profa. Dra. Noemia Dayana de Oliveira

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732u Lima, José Ítalo Feitosa.

Um telefone sem fio: o caso das privatizações de telecomunicações na Paraíba (1998) [manuscrito] / José Ítalo Feitosa Lima. - 2024.

34 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Noemia Dayana de Oliveira, Departamento de História - CEDUC".

1. Privatização. 2. Telecomunicação. 3. Empresa estatal brasileira. 4. Paraíba. I. Título

21. ed. CDD 335.82

JOSÉ ÍTALO FEITOSA LIMA

UM TELEFONE SEM FIO: O CASO DAS PRIVATIZAÇÕES DE
TELECOMUNICAÇÕES NA PARAÍBA (1998)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do Curso de
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito total à obtenção
do título de Licenciado em História.

Área de concentração: Relações de
poder, subjetividades e cultura política

Aprovado em: 25/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NOEMIA DAYANA DE OLIVEIRA**
Data: 26/11/2024 16:18:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Noemia Dayana de Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **JOSILENE PEREIRA PACHECO**
Data: 26/11/2024 17:04:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Me. Josilene Pereira Pacheco
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **JOAO MARCOS DE SOUZA RODRIGUES**
Data: 26/11/2024 16:38:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. João Marcos de Souza Rodrigues
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura geral do setor de telecomunicações	19
Figura 2 – Trecho da Revista Telebrasil sobre o lançamento do BrasilSat	20
Figura 3 – Confronto entre manifestantes e polícia militar nas proximidades da Bolsa do Rio	22
Figura 4 – Número de telefones por empregado na Telpa entre 1974-1988...	26
Figura 5 – Governador Tarcísio Burity faz ligação telefônica na cidade de Monteiro (PB) e inaugura posto telefônico em 1979.....	27
Figura 6 – Modelo de telefone público em ônibus na Paraíba, 1994.....	28
Figura 7 – Demonstrativo da Telebrás nos Dispêndios Globais de 1998.....	29
Figura 8 – Demonstrativo da Telpa nos Dispêndios Globais de 1998.....	30

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Leilão de privatização do Sistema Telebrás.....	22
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. SUBDESENVOLVIMENTO E REFORMAS ECONÔMICAS.....	10
2.1. AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....	15
3. AS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL.....	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

UM TELEFONE SEM FIO: O CASO DAS PRIVATIZAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES NA PARAÍBA (1998)

José Ítalo Feitosa Lima

RESUMO

Os anos 1980 foram marcados por uma intensa crise econômica e níveis de inflação tão altos que conferiram ao período a alcunha de "a década perdida" na América Latina. O que se viu em seguida foram tentativas de estabilizar a crise, muitas delas foram a restrição nos investimentos das empresas estatais brasileiras, e por extensão, (especialmente na década seguinte) a massiva privatização dessas empresas que representavam o monopólio estatal nos setores de mineração, energia elétrica, navegação, petroquímicos etc. Uma das estatais que enfrentou esse problema foi a Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRÁS), que foi transferida para a iniciativa privada juntamente com todas as operadoras estaduais que faziam parte do sistema. Foi o caso da operadora de telefonia fixa no estado da Paraíba, denominada Telecomunicações da Paraíba S.A. (TELPA), uma estatal que apresentava um grande alcance e adesão do serviço telefônico, investindo continuamente em absorção de novas tecnologias e cumprindo uma significativa função social na região em que atuava antes de ser privatizada. O presente trabalho é uma abordagem qualitativa da história recente, e se propõe a investigar a privatização de empresas públicas na Paraíba partindo do caso da Telpa, constatando que a privatização da estatal em questão não corresponde ao discurso levantado pelas lideranças políticas, de que empresas públicas constituíam um prejuízo ao Estado, quando na verdade a Telpa apresentava impressionantes resultados e cumpria uma importante função social na região de atuação, que após privatizada, teve seu fator humano negligenciado em detrimento da lucratividade.

Palavras-chave: Privatização; Telecomunicações; Telpa; Paraíba; Anos 1970-1998.

ABSTRACT

The 1980s were marked by an intense economic crisis and inflation levels so high that they earned the period the nickname "the lost decade" in Latin America. What followed were attempts to stabilize the crisis, many of which involved restricting investments by Brazilian state-owned companies and, by extension (especially in the next decade), the massive privatization of these companies that represented the state monopoly in the mining exploration, electricity, shipping, petrochemicals, etc. sectors. One of the state-owned companies that faced this problem was Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRÁS), which was transferred to the private sector along with all the state-owned operators that were part of the system. This was the case of the fixed-line telephone operator in the Paraíba state, called Telecomunicações da Paraíba S.A. (TELPA), a state-owned company that had a large reach and adherence to telephone service, continually investing in the absorption of new technologies and fulfilling a significant social function in the region where it operated before being privatized. This work is a qualitative approach to recent history, aiming to investigate the privatization of public enterprises in Paraíba, starting with the case of Telpa. It finds that the privatization of this state-owned

company does not align with the narrative presented by political leaders, which claimed that public enterprises were a burden to the state. In reality, Telpa demonstrated impressive results and fulfilled an important social role in the region it served. After privatization, however, its human factor was neglected in favor of profitability.

Key-words: Privatization; Telecommunications; Telpa; Paraíba; 1970-1998 era.

1. INTRODUÇÃO

*“A solução pro nosso povo eu vou dar
Negócio bom assim ninguém nunca viu
Tá tudo pronto aqui é só vim pegar
A solução é alugar o Brasil”*

– Raul Seixas

Alguns dos capítulos mais agitados na política e economia brasileira estão na segunda metade do século XX. Nesse período, testemunham-se diferentes regimes de governo, presidentes foram destituídos, criaram-se mais tratados de comércio internacional, uma nova Constituição foi aprovada, as taxas de hiperinflação aumentaram e houveram pelo menos quatro alterações do padrão monetário. Diante de um cenário de instabilidades – acompanhada de uma crise econômica estabelecida durante a ditadura militar e agravada nos anos que se seguiram à ela – esperava-se a implementação de projetos para conter a deterioração contínua da economia, discutia-se cada vez mais a relação entre mercado, capital e Estado, sendo considerada cada vez mais a possibilidade de privatizar setores estratégicos de produção no país, sem precisamente avaliar seus eventuais resultados.

Em um artigo sobre privatizações, referindo-se à formulação de reformas econômicas, Licínio Velasco Jr. (1999) menciona o paradoxo de que as alterações a favor de uma conjuntura menos estatista sejam promovidas pelo próprio Estado, por sua vez submetido à uma série de fatores, coalizões, aceitação da sociedade e grupos interessados, nas palavras dele, “a simples vontade política do Executivo por si só não é suficiente” (VELASCO JÚNIOR, 1999, p. 194), tornando evidente que os métodos dessas implementações são casos particulares à realidade de cada país. Nas décadas de 1980 e 1990, a pergunta mais recorrente nos discursos dos dirigentes da nação e concorrentes ao cargo era sobre a necessidade de que as companhias que outrora foram criadas pelo Estado para atender as demandas prioritárias daquele contexto (muitas delas sendo historicamente estruturais, como será abordado adiante, sequer haviam sido sanadas) ainda estivessem sob domínio governamental, muitas vezes questionamentos assim eram seguidos de propostas geralmente sustentadas por viés ideológico, ou da promessas de melhorias em setores como os de saúde e educação com o redirecionamento desses investimentos, o que não podemos avaliar com precisão – ainda mais se for julgado estatisticamente a qualidade desses serviços na década seguinte.

Mesmo com o alerta de economistas e professores ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de que o setor privado ainda não havia se consolidado o suficiente para assumir as responsabilidades da infra-estrutura e tecnologia sofisticada, pois as vozes mais ouvidas foram aquelas que diziam que o capitalismo brasileiro era excessivamente controlado pelo governo, e que a privatização era o passo mais apropriado a ser dado em direção à estabilização (PINHEIRO, 1999), essas vozes eram pertencentes à ideologia de uma economia liberal, muitas vezes desacreditada de que o interesse público poderia ser alcançado pelo Estado. Todo esse discurso só fomentou ainda mais a transferência em larga escala de empresas públicas para a iniciativa privada que se seguiu, e ao olhar com alguma atenção para o caminho que tomava o mercado internacional, não é surpresa o fato de que foi a América Latina o lugar em que essas políticas foram adotadas com maior intensidade – entre os anos de 1988 e 1995, mais de 800 empresas dessa região foram alienadas, somando 58% das privatizações que aconteciam no mundo inteiro. (COUTINHO, MESQUITA, NASSER, 2019). O que decorre disso é uma quebra do monopólio de muitos segmentos como os de navegação, petróleo, gás, telecomunicações etc.

Para um entendimento de como a privatização de alguns setores afeta o desenvolvimento nacional e mais precisamente o comportamento da economia diante dessas reformas, é imperativo que se faça algumas perguntas, tais como: Que relações a indústria nacional estabelece com a economia internacional? Quais mecanismos de controle se estabeleceram sobre as estatais e como isso afetou o seu desenvolvimento? Quanto a Telebrás e as respectivas congêneres estaduais, como foram construídas? Quais foram os impactos da privatização da Telpa? Ela atendia ao discurso levantado sobre privatizações? A que contexto paraibano ela corresponde?

Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a estudar esse fenômeno das privatizações na ótica do ocorrido na Paraíba em junho 1998, quando privatizou-se a Telecomunicações da Paraíba S/A (TELPA), uma consolidada companhia estatal antes pertencente ao Sistema Telebrás – também repassada mediante leilão para o setor privado – que teve seus ativos distribuídos entre diversos acionistas, sendo incorporada a Telemar (atual Oi).

O presente trabalho pertence ao campo histórico das relações de poder, subjetividades e cultura política, uma vez que estabelece uma relação entre o centro político de tomada de decisões e o seu potencial impacto econômico e social. Trata-se de uma análise rudimentar do objeto em evidência, apoiado em fontes que contam a chamada História Oficial, considerando a escassez de dados que seriam aplicados na construção de uma micro-história do nosso objeto de pesquisa, dados que, quando interrogados pelo pesquisador, apresentariam indícios sobre "os silêncios, as ausências e os vazios que sempre fazem parte do conjunto e que, por não serem tão facilmente detectáveis nas fontes, são, por vezes, ignorados" (SAMARA e TUPY, 2010, p.124), as informações apresentadas podem, portanto, serem aprofundadas em futuras pesquisas. Ainda assim, o artigo utiliza da explicação mediante descrição, uma modalidade narrativa que "deve responder a perguntas como "o quê", "quem", "quando", "onde", "como"? – já que sem tais elementos não se poderia organizar uma narrativa coerente" (CARDOSO, 1981, p.66). Esse artigo não é, portanto, outra coisa senão uma análise qualitativa da história oficial, valendo-se inclusive da investigação de documentos de caráter

legislativo e dos impactos de sua implementação em atividades econômicas, prestação de serviços e demais elementos que constituem o interesse público.

O estudo com os documentos requer do pesquisador alguns cuidados específicos dessa análise. Eni Samara e Ismênia Tupy (2010), afirmam que o historiador deve distinguir os contextos (atentando-se para anacronismos), os pontos de vista, os argumentos etc, partindo do pressuposto de que um documento é sempre portador de um discurso, ainda que as fontes históricas sejam exploradas sob os filtros do presente – de acordo com os valores, preocupações e gostos do observador. Ciro Flamarion Cardoso (1981) faz um alerta de que, no estudo de documentos enquanto registro histórico, é necessário interpretar a sua origem em um sentido para além do geográfico, identificando as suas implicações sociais, uma vez que os centros de interesse revelados pela fonte, muito dizem sobre o grupo social envolvido na sua elaboração.

Para fundamentação teórica, na compreensão da economia brasileira enquanto país subdesenvolvido, as suas relações de comércio com o exterior, e a reação da economia durante a emergência de novos paradigmas, o estudo foi apoiado em autores como Singer (1988), Furtado (1971), Giambiagi (1999), Boito Junior (2012), Castro e Lessa (1976), Belluzzo e Coutinho (1998), Pinheiro (1999), Moccia (2017) e Tácito (1983). Na elucidação de como se consolidaram as telecomunicações no Brasil, foram utilizadas obras dos autores Maringoni (2010), Neves (2002). Texeira e Toyoshima (2003), Silva (2015), Iozzi (2005), Pereira Filho (2002), Neris Junior (2013), Brandão (1999) e Althaus Junior (2002). Para compreensão das particularidades da política paraibana e do setor de telecomunicações no Estado, foram utilizados os trabalhos de Pompeu (2021), Nunes (2023), Pereira (2008) Dowling (1989), Lima e Severiano Filho (1999). Foram utilizados também materiais da legislação como trechos do decreto 2.453/98, além materiais para discussão do BNDES, elaborados por economistas que estavam ligados à instituição e já investigavam os objetos em evidência.

Durante a experiência pessoal pela graduação, em algumas fases da formação de pesquisador e docente, foi colocado em evidência alguns eventos da História recente e o que isso significou em larga escala para países subdesenvolvidos, surgiu o interesse em estudar como isso se reflete em regiões como a Paraíba. O texto está organizado em dois momentos principais. O primeiro deles, "Subdesenvolvimento e reformas econômicas", faz uma breve análise de como a economia internacional atuante nesse recorte histórico e geográfico está alicerçada no neoliberalismo, e como isso é um problema para países subdesenvolvidos, influenciando radicalmente as características do setor produtivo estatal. Na segunda seção, "As telecomunicações no Brasil", se propõe a uma análise da consolidação da Telebrás e as empresas subsidiárias estaduais, bem como sua privatização, com enfoque a partir de um subtópico no contexto paraibano de privatização das telecomunicações, contendo uma análise dos documentos que avaliam a aplicabilidade do que ocorreu com a Telecomunicações da Paraíba S/A em 1998.

2. SUBDESENVOLVIMENTO E REFORMAS ECONÔMICAS

A experiência brasileira nos anos a que se delimita essa pesquisa (1970-99) invoca um olhar sobre a condição histórica do Brasil perante o cenário internacional, sobre como ela implica privatizações e o porquê disso ser um problema para países subdesenvolvidos. É ainda importante mencionar que o Brasil está inserido na perspectiva do capitalismo neoliberal, que cabe aqui ser traduzido como “o resultado de uma dupla pressão: dos Estados imperialistas sobre as economias dependentes e da classe capitalista sobre os trabalhadores” (BOITO JR., 2012).

Paul Singer (1988), no livro *Aprender Economia*, demonstra como essa estrutura econômica global, que tem na Revolução Industrial a origem de suas principais configurações, dividiu o mundo em duas categorias de países: os desenvolvidos, que concentram a atividade industrial e o progresso tecnológico, e os não-desenvolvidos, dependentes da exportação de produtos primários. Antônio Castro e Carlos Lessa (1976) argumentam que o relativo crescimento da economia desses últimos foi, durante muito tempo, pautado na dependência da demanda de produtos primários pelo mercado externo, enquanto grandes parcelas de seu território estavam entregues à economia de subsistência.

Essa distribuição das etapas de produção aconteceu sob o que ficaria conhecido como Divisão Internacional do Trabalho (DIT), e apesar de se legitimar na desacertada premissa de vantagens naturais e vantagens adquiridas, se perpetuou até recentemente de forma visivelmente prejudicial para o progresso econômico de países subdesenvolvidos, limitando os fatores que levariam a implementação e amadurecimento de uma indústria nacional. No livro *Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista*, esse processo é exemplificado, onde Castro e Lessa (1976) apresentam dados correspondentes ao período em que prevalecem essas determinações, e em razão deles podemos comparar as proporções de relações comerciais no que se refere à produtos primários e manufaturados: em 1928, os países da América Latina – tanto os voltados para mineração quanto a produção agrícola – importavam quase a totalidade dos produtos manufaturados que circulavam em seu território, e exportavam um número exorbitante de produtos alimentícios e matérias-primas, fenômeno este que não se aplicava ao que ocorria em países como o Reino Unido ou Estados Unidos, que exportavam extraordinariamente mais produtos manufaturados do que importava-se.

Singer (1988) classifica o período entre os anos 1930 e o início da 2ª Guerra Mundial como fundamental para uma possível ruptura na DIT que situava o Brasil na degradante condição de exportadores de café: os países adotaram medidas protecionistas em decorrência de uma crise econômica mundial, reduzindo drasticamente o número de importações e sendo um forte impulso para as indústrias nacionais leves, para o nosso país, foi o momento de substituir as importações por uma industrialização profunda, e segundo Celso Furtado (1959), essa experiência adotada se estendeu durante os anos de guerra. No clássico *Formação Econômica do Brasil*, ele analisa esse processo de forma ampla, alegando que essas melhores oportunidades de inversão¹ que favorecem o mercado interno, o situa como prevalecente deste setor no processo de formação de capital, algumas páginas adiante no mesmo livro, o economista comenta os respectivos resultados da política

¹ As inversões podem ser entendidas como despesas para aquisições de bens de capital (ou imóveis) já em utilização, assim como títulos representativos do capital de empresas já constituídas. Também são despesas para a constituição ou aumento do capital de empresas. Fonte: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/inversoes_financeiras

em questão, avaliando como benéficos ao desenvolvimento econômico do país – muito embora isso não anule o que ele chamou de *sérios transtornos* para alguns setores.

“A recuperação, entretanto, veio rápida e comparativamente forte. A produção industrial cresceu cerca de 50 por cento entre 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu mais de 40 por cento no mesmo período (...) Esse crescimento não é de nenhuma forma desprezível, se se tem em conta que nos EUA, no mesmo período, decresceu a renda por capita sensivelmente.” (FURTADO, 1959. p. 200-201).

Mas é em outra obra do mesmo autor, essa intitulada *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, que ele enfatiza para além de seus resultados, as características da nascente indústria. Na metade do livro em que se propõe a enumerar os fatores que compõem as estruturas subdesenvolvidas, Furtado (1965) revela que o núcleo industrial foi criado a partir de indústrias ligeiras – produtoras de artigos de consumo geral – com base na antecedente procura por manufaturas, que por sua vez era atendida com importações. A partir do surgimento dessa dinâmica de produção interna de tecidos e alimentos, tem-se então um novo desenho da economia nacional:

“Passam a coexistir, então, três setores dentro da economia: no primeiro, predominam as atividades de subsistência e é reduzido o fluxo monetário; no segundo estão as atividades diretamente ligadas ao comércio exterior; no terceiro, finalmente, os que se prendem ao mercado interno de produtos manufaturados e de consumo geral” (FURTADO, 1965. p. 181)

Com essa mudança na antiga DIT, alguns países que antes situavam-se à margem da economia mundial, agora despontam como exportadores de gêneros industriais. Através desse processo, as mentes mais otimistas poderiam acreditar que em pouco tempo, essas nações poderiam competir em relações de comércio com as potências do Hemisfério Norte, e no entanto, não foi o que aconteceu, sobretudo se considerarmos que uma das bases do capitalismo é a maximização dos lucros – o que evidentemente implica nos sucessivos experimentos de redução dos gastos de produção. No já mencionado “Aprender Economia”, Singer (1988) traz esse processo para a luz da discussão ao mencionar o problema que são as empresas multinacionais, como uma forma de dominação das indústrias do Primeiro Mundo sobre os mercados do Terceiro, realocando para esses últimos de forma integral os processos produtivos, além de comprar os setores de produção desenvolvidos com o capital nacional. A motivação por trás dessa atuação das multinacionais está na estrutura semi-industrializada desses países, o que inclui o fato de conter um grande número de mão-de-obra subpaga. Para o referido economista, essas empresas serem responsáveis (e as principais beneficiadas) pela manutenção de uma nova DIT, e os seus efeitos são desastrosos, segundo ele:

“Essa realocação da produção mundial eleva o nível do desemprego e, em consequência, reduz o poder de barganha do movimento operário nos países do centro, acarretando uma baixa de salários em nível mundial. Com isso ganha o Capital, sobretudo aquele que está investido tanto nos países mais adiantados, de alto custo de mão-de-obra, como nos recém-industrializados, em que esse custo é menor” (SINGER, 1988. p. 111)

A obra escrita por Castro e Lessa também fazia um alerta sobre como essa inserção de capital estrangeiro nas esferas produtivas estratégicas de uma nação, tratava-se abertamente de transferir seu controle para as determinações do

neoliberalismo, sob a liderança das indústrias do centro, subjogando os mercados da periferia.

“Os capitais de risco chegam à nação sob a forma de investimentos diretos e resultam na constituição de empresas de propriedade estrangeira. Tal fato induz na nação um fenômeno de consequências econômicas e extra-econômicas: o controle, por empresas estrangeiras, de uma parcela dos fatores operantes do sistema.” (CASTRO; LESSA, 1976. p. 65),

A globalização econômica e a necessidades de reformas internas começaram a reger a política de desenvolvimento da maioria dos países – em maior escala na América Latina – gradativamente substituindo o modelo de Estado desenvolvimentista interventor, sendo este um dos motivos pelos quais novas tentativas de estabilização econômica marcaram a primeira metade dos anos 1990, como foi o caso dos Planos Collor I e II² e o Plano Real (PÊGO FILHO, CÂNDIDO JÚNIOR e PEREIRA, 1999). Contudo, a ideia de estabelecer mecanismos de controle às empresas estatais é um pouco mais antiga que isso, e para compreendê-la, precisamos observar o modo que se configurava a política e economia no recorte histórico dos anos 1970. Segundo Aldo Musacchio e Sérgio Lazzarini (2014), contrair empréstimos em bancos internacionais nessa época era fácil e as taxas de juros eram relativamente baixas, sendo um recurso repetidamente utilizado pelos governos militares através das estatais³, e a partir de 1974, as decisões econômicas do país passaram a ser tomadas pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), que atuava na condição de ministério e respondia diretamente à Presidência da República, substituindo as funções da Fazenda (BELLUZZO e COUTINHO, 1998). Era um contexto em que já se ouviam as insatisfeitas vozes do liberalismo, como foi o caso de Eugênio Gudim que, para uma série de reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo* em 1975, disse que, com exceção dos comunistas, o capitalismo brasileiro era “mais controlado pelo Estado do que em qualquer outro país” (PINHEIRO, 1999. p. 153). O ano de 1979 certamente representou uma reviravolta deste sistema, promovendo consequências desastrosas para a economia nacional e até mesmo às empresas estatais – sem se ter em conta a origem de seus recursos –, foi quando aconteceu a Segunda Crise do Petróleo, que aumentou os preços e pressionou a balança comercial do país, que viu como única opção a contração de novos empréstimos. No ano da crise, quem ocupava a posição de ministro-chefe da SEPLAN era Delfim Netto que, motivado pela euforia e forte apoio do empresariado, realizou um discurso que não só negava a ideia de uma recessão, como também garantia uma rápida reversão na escala inflacionária. Não demorou um mês para o superministro aparecer com um novo discurso, reconhecendo que controlar a inflação seria impossível a curto prazo, e que o maior problema a ser enfrentado seria o desequilíbrio financeiro do Tesouro Nacional (BELLUZZO e COUTINHO, 1998). O esquema de atuação de Delfim Netto para os gastos era priorizar o suporte à agricultura – para reduzir o índice de custos dos gêneros alimentícios – e a exportação. Para o setor produtivo estatal (SPE), a proposta era baseada na centralização e controle:

² Os Planos Collor foram dois pacotes de medida lançados em 1990 e 1991, respectivamente, com o objetivo de conter a inflação desenfreada. O primeiro estava voltado para a abertura do mercado e o congelamento de preços, enquanto o segundo ficou conhecido pela sua reforma monetária.

³ A preocupação dos militares com as estatais era sumariamente um mecanismo de propaganda do regime, não obstante o endividamento, medidas de serviço público que funcionassem à curto prazo sustentariam a falácia de que a economia iria bem e daria suporte à teoria do milagre econômico.

"Com relação às empresas estatais e a administração indireta o governo devia ampliar a sua margem de controle e a centralização de poder, sem que buscasse desacelerar o fluxo de inversões. Ao contrário, as empresas estatais deveriam continuar em expansão moderada, com o reforço de suas margens de autofinanciamento, resultante da "atualização" das tarifas dos serviços e preços dos insumos básicos." (BELLUZZO; COUTINHO, 1998. p.198)

O governo de João Figueiredo (1979-85) tinha nas mãos o pagamento dos juros da dívida externa como objetivo a ser perseguido, e para tanto, deveria valer-se de órgãos reguladores para dar um novo rumo à economia nacional. O problema com as estatais em relação ao desequilíbrio econômico, eram as acusações de que os recursos do Tesouro estavam sendo destinados para cobrir o déficit dessas empresas, e era considerado prudente para esse contexto que fossem estabelecidas barreiras para sua atuação. Portanto, ainda em 1979, foram criados o Programa Nacional de Desburocratização e a Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST) (PINHEIRO; OLIVEIRA FILHO 1991), instituída pelo decreto nº 84.128 e vinculada à SEPLAN. É pertinente que seja notada a sua influência nas políticas de privatizações, tendo em vista as suas atribuições e métodos. Essas informações estão listadas em um artigo escrito por Carlos Rodrigues, publicado na edição de 2022 da revista "Economia e Sociedade". Entre outros encargos, a secretaria deveria assegurar o pleno funcionamento do setor público, alinhar os programas de investimento para as estatais aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e principalmente de evitar o crescimento desse setor na economia. Na prática, o propósito de reduzir a participação das empresas estatais na economia significava privatizá-las, o que tecnicamente ajudaria nos resultados da balança comercial. Antes da criação deste órgão, as empresas estatais respondiam diretamente aos ministérios nos quais estavam vinculados, mas com essas atribuições⁴, a SEST tinha mais poder que muitos ministérios e era crucial para a tomada de decisões no país.

De acordo com Armando Castelar Pinheiro e Luiz Chrysóstomo de Oliveira Filho (1991), o primeiro censo realizado pela SEST identificou 505 instituições sob domínio do governo federal, das quais, 268 eram empresas estatais. É pertinente observar que dentre elas, um terço eram empresas que haviam pertencido ao setor privado e foram transferidas ao poder público quando encontraram-se em condições de falência, enquanto apenas outras 40 foram realmente criadas por lei, no entanto, uma característica frequentemente observada nos relatórios da SEST foi a generalização dessas instituições, desconsiderando uma série de fatores essenciais para um gerenciamento apropriado. Se o setor produtivo estatal já era mal visto diante da crise que tomava graves repercussões no cenário interno, os relatórios da secretaria em nada contribuíram para reverter a situação. Empresas estatais foram classificadas em um único grupo e reputadas como desequilibradas pela sua incapacidade em gerar recursos próprios – ora, uma universidade pública, por exemplo, não tem entre seus objetivos o de gerar recursos, e mesmo assim foram englobadas junto às demais. Ignorar o fato de que o financiamento de uma empresa acontece por diferentes meios (créditos, receita operacional, recursos do Tesouro e recursos próprios), é deixar evidente o objetivo de dar a participação do setor estatal uma proporção excessivamente maior no crescente desequilíbrio da economia

⁴ Outras funções da secretaria envolviam o controle dos planos assistenciais, remuneração dos dirigentes das empresas, o recolhimento de dividendos da União, mas principalmente a alteração institucional e patrimonial das estatais.

nacional, e mesmo com uma divisão desse grupo em 1983 em cinco categorias, todas continuaram sendo genericamente rotuladas de Empresas Estatais (RODRIGUES, 2022)

As restrições que foram adotadas contra essas empresas foram de tal severidade que, mesmo que seus recursos próprios elevassem a sua receita, elas sofreram as consequências com a perda de recursos e autonomia, que Segundo Luiz Belluzzo e Renata Coutinho (1998), foi cortada por diversas áreas, por exemplo, o fato da SEST ter o controle sobre os dividendos faz com que as empresas sejam obrigadas a justificar os seus planos de investimentos, outras medidas fizeram com que fosse declarada proibida a contratação de pessoal por qualquer órgão federal até o fim de 1981 (poucas exceções só deveriam acontecer com o parecer da SEPLAN e aprovação direta do presidente), além dos grandes cortes nos planos de investimentos para essas empresas.

"O governo já decretou em reunião do CDE, um corte generalizado de 15% dos investimentos programados pelas empresas estatais para 1980, acompanhado de um corte adicional de US\$ 1,1 bilhão nas importações e outros dispêndios em divisas pelo setor público, além de outras medidas restritivas do gasto corrente, crédito e salários, da administração indireta." (BELLUZZO; COUTINHO, 1998. p.210)

As tentativas de estabilização da economia nacional (mediante controle das empresas estatais) eram não somente infundadas quanto vãs diante da crise que se acentuava continuamente, e para equilibrar a balança comercial do país, o governo reduziu a importação de equipamentos necessários à manutenção e desenvolvimento dessas empresas. Já nos anos 1980, o Federal Reserve Board dos Estados Unidos aumentou a taxa básica de juros e o Fundo Monetário Internacional (FMI) começou a exigir mudanças internas nas economias dependentes para garantir o pagamento da dívida – o Federal Reserve Board dos Estados Unidos aumentou a taxa básica de juros e o Fundo Monetário Internacional (FMI) começou a exigir mudanças internas nas economias dependentes para garantir o pagamento da dívida (MUSACCHIO; LAZZARINI, 2014). Lília Schwarcz e Heloisa Starling (2018), contam que nesse mesmo ano a inflação chegava a 110%, e em 1985, os governos militares encerraram sua atuação, entregando aos líderes civis um país endividado e com taxa de inflação a 225%.

Além do discurso que conduzia abertamente às estatais as privatizações, havia um outro grave problema que também lançava o SPE para esse destino: a experiência de conter o avanço de preços da economia através do controle dos preços das estatais, que a partir de então deveriam ser ajustados sempre abaixo da inflação – o que comprometeu a sua capacidade de autofinanciamento. Com os preços dos bens e serviços do SPE gravemente defasados e o seu crescente endividamento, o setor privado é em muitos níveis favorecido, com maior capacidade de atuação e com preços que acompanharam os índices de inflação, obtém melhorias realizando operações comerciais com o setor público (RODRIGUES, 2022).

2.1. AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

A atuação do Estado como empreendedor não se estende apenas aos setores em que ele detém o monopólio, mas também em companhias que funcionam sob um regime jurídico em que o governo é mais um entre os que possuem ações em determinada empresa. As instituições que possuem essa constituição de mercado e Estado são chamadas de sociedades de economia mista, levadas à prática com o decreto-lei nº 200/1967 que fez parte das reformas administrativas no fim dos anos 1960. Esse regime de administração foi ampliado em dezembro de 1976 com o aparato legislativo para a sociedade por ações, através da Lei das Sociedades Anônimas (S/A), n. 6404, permitindo que o capital de uma respectiva empresa seja dividido em ações. Para alguns autores do direito administrativo, a sociedade de economia mista é a pessoa jurídica, com criação autorizada por lei como instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade de Direito Privado, em que a maioria de suas ações com direito a voto pertencem à União – ou entidade de administração indireta – perante acionário de propriedade particular (MOCCIA, 2017).

A sociedade de economia mista precisa ser submetida a algumas regras especiais que decorrem de sua natureza, alguns desses critérios implicam que: sua constituição depende previamente de autorização legislativa (Art. 236) e que essas companhias devem contar com um Conselho de Administração, com pelo menos um de seus conselheiros eleitos pela minoria (Art. 239). Outra determinação é a de que as atividades econômicas exercidas pela companhia devem atender o interesse que justificou a sua criação (Art. 238), sendo importante evidenciar que não trata-se de uma mera divisão de responsabilidades e benefícios, mas há nessa relação econômica objetivos básicos destoantes, considerando que para o Estado-acionista as empresas devem atender ao interesse público, enquanto o setor privado visa a obtenção de lucros (TÁCITO, 1983).

Para o ex-ministro do STF Themístocles Cavalcanti (1977), o grande atrativo dessas empresas está justamente na combinação dos setores públicos e privados em interesses, métodos, gestão, experiência e colaboradores, assim, as sociedades de economia mista seriam o encontro dos problemas de interesse geral à uma solução capitalista. Sendo essas entidades instrumentos de ação do Estado, o autor pondera sob apoio teórico a natureza dessa personalidade de Direito Privado, que estaria sistematizada nos seguintes elementos:

- a) objetivos visados na sua criação; b) organização interna da sociedade; c) participação do Estado na formação do capital; d) sistemas de controle interno; e) preenchimento de cargos de direção; f) responsabilidade dos administradores; g) responsabilidade do capital social; (CAVALCANTI, 1977. p. 49)

Seguindo a linha de raciocínio de Maria Hermínia Moccia (2017), podem ser enumeradas dois tipos de sociedades de economia mista, elas podem ser exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviço público, ou coordenadoras de obras públicas e demais atividades. A garantia de que os interesses que motivaram a criação dessa entidade serão respeitados está expresso no Art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas, quando estabelece que o acionista controlador tem como obrigação usar o poder para fazer a companhia cumprir sua função social e realizar seus objetivos.

3. AS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

Ao compreender as telecomunicações como verdadeiros meios de propagação de informações, é preciso atentar-se ao fato de que em tempos atuais, essa rede de produtos comunicacionais alcança quase todos os pontos do planeta, e ao mesmo tempo, poucos grupos detêm a propriedade dos emissores de informação (MARINGONI, 2010). Posto isto, analisar o setor em questão como um mecanismo para levar dados e conhecimentos para lugares distantes não é suficiente, sendo necessário vê-lo (na História recente) como um dos elementos de sustentação da base capitalista e a constituição de uma sociedade da informação (SILVA, 2015). Os países subdesenvolvidos, como evidenciado nas seções anteriores, caminham um percurso histórico semelhante na evolução de suas indústrias perante o neoliberalismo promovido pelos países centrais, embora cada nação assimile esses processos em conjunto à sua própria realidade socioeconômica, transformando a história da indústria de comunicação no país em um fragmento da história da política dos mesmos.

"Na América Latina, a história dos meios de comunicação é a história de como se constituíram as oligarquias locais e regionais, de como se moldaram os Estados nacionais e de como o capitalismo se desenvolveu neste pedaço do mundo. É essencialmente uma história política, de favorecimentos a classes ou setores de classes em detrimento de outras, em sociedades desiguais, nas quais a propriedade e a renda são extremamente concentradas." (MARINGONI, 2010, p.165)

O percurso histórico das telecomunicações no país remonta nossa análise para os tempos do Império, já que de acordo com Sérgio Teixeira e Silvia Toyoshima (2003), as primeiras linhas telefônicas foram instaladas no Brasil em 1877, sendo uma ordem de Dom Pedro II para fazer a ligação direta entre o Palácio Imperial de São Cristóvão e as casas de seus ministros. Em 1881 a empresa *Telephone Company* passou a deter o direito de instalar linhas telefônicas para fins comerciais no Rio de Janeiro, mas a primeira linha telefônica interurbana do país somente foi implantada nove anos depois entre Rio de Janeiro e São Paulo pela empresa alemã *Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft*⁵. Entre os símbolos da modernidade promovidos pela evolução das telecomunicações, o rádio foi um dos grandes, especialmente pela sua capacidade de difundir e mobilizar ideias – na política continental, os anos do populismo coincidiram com o período classificado como a Era do Rádio, e a consolidação da ideia de nação teve como papel importante o que fora desempenhado pelas emissoras radiofônicas (MARINGONI, 2010).

Segundo Maurício Neves (2002), já nos anos 1950 a comunicação via telefone era estabelecida com o auxílio de um telefonista, e as operadoras de telecomunicações que prestavam este serviço eram originárias de concessões que aconteciam indistintamente pelo governo. A Constituição Brasileira de 1946 estabeleceu que a exploração do serviço público de telecomunicações deveria acontecer pelos governos estaduais e municipais, sendo outra possibilidade as concessões, e com essas esferas do governo atuando muito pouco sobre o setor, o

⁵ Em 1912 esta empresa tornou-se uma subsidiária do Brasil incorporada à *Canadense Brazilian Traction Light & Power*, e em 1923 alterou sua razão social para Companhia Telephonica Brasileira (CTB).

sistema de concessões foi o que prevaleceu, e da mesma forma o domínio das empresas estrangeiras no setor, visto que em 1957, dois terços dos telefones existentes no Brasil correspondiam a Companhia Telefônica Brasileira (CTB), subsidiária da *Canadian Traction Light and Power Company* (TEIXEIRA; TOYOSHIMA, 2003). A forma desordenada com que se deu a exploração do serviço neste período, mostrou resultados preocupantes, a notar pelas aproximadamente mil companhias telefônicas sem nenhuma padronização e com dificuldades operacionais (NEVES, 2002).

O contexto era de muitos obstáculos para incluir o setor em uma agenda de desenvolvimento econômico, considerando a sua desmedida fragmentação, redução do valor agregado, baixa qualidade e pequena abrangência territorial⁶.

"A grande diversidade de empresas que operava a rede de telefonia no país já demonstrava a desorganização existente no setor de telecomunicações brasileiro. Sem a integração dos serviços telefônicos prestados pelas empresas do setor, que funcionavam com diferentes padrões técnicos e métodos administrativos variados, a unificação dos padrões de serviços e, conseqüentemente, o desempenho do setor era dificultado. Devido a isto, o governo não conseguia definir uma política específica para o setor, capaz de incentivar novos investimentos e promover o seu crescimento." (TEIXEIRA; TOYOSHIMA, 2003, p.153)

Na década de 1960, a constante interferência de um telefonista para realizar chamadas telefônicas se tornou dispensável, e sua função passou a ser desempenhada pela transmissão de sinais (pulsos) que conectam dois assinantes do serviço através de um seletor acionado pela centrais eletromecânicas, Maurício Neves (2002) aponta para essas primeiras unidades como representativas de uma evolução tecnológica para as telecomunicações. O autor sugere que as mudanças do setor nesse período não se limitaram ao âmbito eletrônico, e a institucionalização da ação governamental começou a ganhar forma, motivada pela baixa capacidade operacional do setor, em suas palavras, "essa vertente de atuação governamental tinha respaldo no próprio resultado negativo em termos de preços e qualidade do serviço prestado pela multiplicidade de operadoras urbanas, conforme modelo até então em vigor." (NEVES, 2002, p.300)

As primeiras iniciativas voltadas para a monopolização estatal dos serviços de telefonia e a unificação da rede foram a formação do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) em 1961, e a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) em 1962 por meio da Lei 4.117, que se propunha, entre outras resoluções, implementar um Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT), instituir o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT) – apoiado em uma sobretarifa de 30% sobre todos os serviços do setor – e a formação de uma empresa pública, responsável pela instalação e manutenção dos serviços de longa distância e internacional (SILVA, 2015). Os supracitados Sérgio Teixeira e Silvia Toyoshima (2003) classificam a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em 1965 como a consolidação dos propósitos da CBT, ficando a empresa responsável por administrar os recursos que se originam de suas próprias tarifas de serviço e os recursos do FNT, por iniciar a capacitação tecnológica do setor, bem

⁶ A maioria dos telefones estavam localizados no eixo Rio-São Paulo. Carlos Antônio Brandão, professor do Instituto de Economia da Unicamp, aponta que mesmo em 1975, a região Nordeste tinha apenas 7,9% dos terminais existentes no país, enquanto a região Sudeste concentrava 72% dos terminais instalados.

como dos recursos humanos para tornar viável o desenvolvimento de tecnologias. Nessa linha da institucionalização, em 1967 foi criado o Ministério das Comunicações (Minicom) - que concentraria as decisões à serem tomadas a respeito do CONTEL, da Embratel, o CTB e o FNT, e a União passou a deter o poder de concessão dos serviços por exigência da constituição do mesmo ano, os autores ainda revelam que – no mesmo período – adotando-se como imperativo a estatização de empresas privadas para que se concretize a unificação e padronização da rede de telecomunicações.

“Cumprida esta etapa, o governo brasileiro deu início à monopolização dos serviços de telefonia, com o intuito de promover a unificação da rede. Em 1966, adquiriu a CTB, que estava sob sua intervenção desde 1962, e também suas empresas associadas, a Companhia Telefônica Brasileira de Minas Gerais e a Companhia Telefônica do Espírito Santo. Estas três empresas respondiam por 62% dos telefones instalados no país e operavam numa área que abrangia 45% da população brasileira. A negociação foi no valor de US\$ 96.315.787, com prazo de pagamento em 20 anos.” (TEIXEIRA; TOYOSHIMA, 2003, p.154)

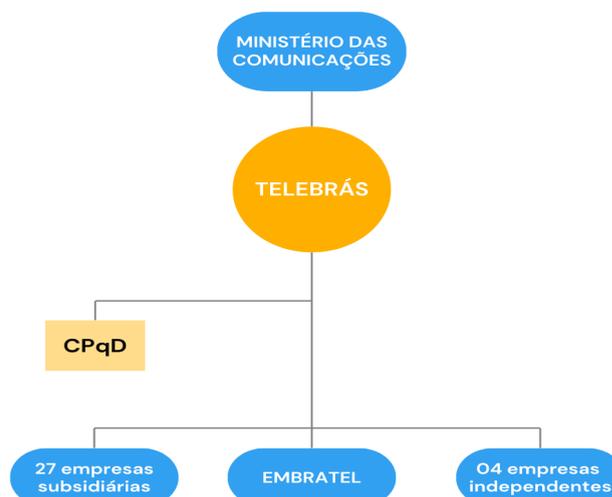
As maiores mudanças estruturais aconteceram com a criação de uma sociedade de economia mista em 11 de julho de 1972, denominada Telecomunicações Brasileiras (Telebrás), planejada para ser a grande prestadora estatal dos serviços de telecomunicações, garantir qualidade e quantidade suficiente de linhas, e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país (NEVES, 2002). A unificação do setor se tornou ainda mais efetiva após a estatização de operadoras locais, e incorporação delas ao Sistema Telebrás, composto pela própria Telebrás, na condição de holding⁷, a Embratel, 27 subsidiárias (filiais presentes em todos os estados brasileiros) e 4 empresas independentes – mesmo independentes, estas quatro empresas estavam ligadas ao Sistema Telebrás. Eram elas a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), a Serviços de Comunicações de Londrina (Sercomtel) e a Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto (CETERP) - controladas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul e as prefeituras de Londrina-PR e Ribeirão Preto-SP, respectivamente - sendo estatais. A outra entre elas era empresa privada, a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC), atuante no Triângulo Mineiro e alguns municípios de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul.

De acordo com Paulo Silva (2015), o reestruturado Sistema Brasileiro de Telecomunicações passava a adotar a seguinte hierarquia: na base, estavam as 27 empresas subsidiárias operantes em cada estado - as redes urbanas - e a Embratel, garantindo o funcionamento de serviços de longa distância, acima dela estava a Telebrás, encarregada de coordenar o sistema, garantir a obtenção de equipamentos e desenvolvimento tecnológico, enquanto no topo da estrutura estava o Ministério das Comunicações (MINICOM), responsável por estabelecer as diretrizes e a regulamentação do setor (IOZZI, 2006 apud SILVA, 2015). Esta estrutura incluía também o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD), criado em 1976 para coordenar programas de intercâmbio com as principais universidades do país, por parcerias com a indústria nacional e como seu nome sugere, por gerenciar todas as atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento do Minicom

⁷ Uma *holding*, também chamada de empresa-mãe, é uma instituição controladora de outras empresas que situam-se na condição de subsidiárias (filiais).

(TEIXEIRA; TOYOSHIMA, 2003). Celso Pereira Neris Junior (2013) atribui ao CPqD inovações na política industrial e tecnológica, como o telefone público a cartão, o desenvolvimento da fibra óptica brasileira, a criação das centrais telefônicas digitais e os avanços nas comunicações via satélite na comunicação de dados e software.

Figura 1 – Estrutura geral do setor de telecomunicações



Fonte: IOZZI (2005)

Concessionárias estrangeiras como a Western Cables & Wireless, Radiobrás (RCA), Italcable e Radional tiveram suas atividades encerradas com a criação de um sistema nacional de telecomunicações, graças ao crescimento das Estatais entre os anos 1968 e 1980, foi permitida a implementação de um sistema de telecomunicações integralizado e centralizado, um projeto tecnológico que atingiu as metas inicialmente definidas para o setor e para além disso, foi utilizado pelos governos militares como propaganda de políticas relativamente bem sucedidas (PEREIRA FILHO, 2002).

Os investimentos do Sistema Telebrás, segundo Fabiana Iozzi (2005) possuíam quatro fontes de financiamento: geração própria, recursos de terceiros, autofinanciamento e recursos fiscais. Essa reestruturação do sistema nacional permitiu a sua organização e modernização técnica, como classificou Paulo Jurado Silva (2015) ao elucidar as constantes inovações que resultaram do excelente aperfeiçoamento do setor, sendo este o período da implementação de um sistema telefônico integrado nacionalmente e até mesmo a concessão de mais canais de TV. São muitos os exemplos dessas inovações nos anos que se seguiram: em 1975 houve a instalação de Estações Terrenas de Comunicações Domésticas via satélite nas cidades de Porto Velho, Rio Branco e Macapá. Foi no mesmo ano que a inauguração do cabo submarino Bracan, ligando o Brasil à Europa via Ilhas Canárias, e em 1980 o fluxo de informações entre Brasil e Estados Unidos se intensificou devido às operações do cabo submarino Brus, sendo sucedido pela inauguração do Cabo Submarino Atlantis, que estabeleceu a conexão Brasil-África-Europa, ligando a cidade de Recife à Dakar e Lisboa (PEREIRA FILHO, 2002). Em 1982 foi inaugurado, de acordo com Silva (2015) a Rede Nacional de Televisão por Satélite (TV-SAT) e no ano seguinte, os computadores da Bolsa de

Valores do Rio de Janeiro passaram a operar interligados aos da Rede Nacional de Telex. Poucos anos depois, em 1985, o Brasil lançou o Brasilsat A1 – o seu primeiro satélite geostacionário – e o Brasilsat A11, abrindo espaço na cobertura nacional para construir novos sistemas de comunicação – especialmente falando das emissoras de televisão, e “dessa forma, a indústria bélica, aeronáutica e das telecomunicações adquiriram um papel de destaque na ditadura militar, alimentando a ideologia geopolítica de autonomia e desenvolvimento nacional” (SILVA, p.2015, p.100). Como aponta Neris Junior (2013), o fechamento do mercado brasileiro na década de 1970, os índices de nacionalização superiores a 95% e o crescimento do setor de telecomunicações, as empresas brasileiras conseguiram atender a totalidade da demanda por centrais telefônicas, equipamentos de transmissão, cabos e rede externa.

Figura 2 – Trecho da Revista Telebrasil sobre o lançamento do BrasilSat



Fonte: Revista Brasileira de Telecomunicações (1984)

Não obstante o quadro de grandes avanços para o setor, o contexto de crises internas (como a fiscal e a da dívida) e crises externas (como o esgotamento do paradigma produtivo com a forte internacionalização dos mercados e globalização financeira), gerou péssimas consequências para o segmento, que a partir de então deveria lidar com reajustes de tarifa sempre inferiores à taxa de inflação, com cargos executivos das estatais se tornando politizados e com as restrições ao uso do FNT e do lucro operacional da Telebrás impostas pelo governo federal (NEVES, 2002; IOZZI, 2005). Todos esses fatores foram catastróficos para a capacidade de investir do Sistema Telebrás, Maurício Neves (2002), classifica o declínio do financiamento do setor se em por três motivos: as políticas econômicas de contenção da inflação, que limitavam o reajuste tarifário, o controle da captação de recursos de terceiros e a extinção do FNT em 1986 – embora seus recursos já fossem direcionados para outros setores há algum tempo. O mesmo autor cita exemplos de como esse colapso nas finanças das telecomunicações tornaram insustentáveis os custos pela prestação do serviço, devido à necessidade de reajustar o seu sistema autofinanciamento – a partir de então, os assinantes que encomendassem uma linha telefônica, eram coagidos a comprar ações da Telebrás ou de suas subsidiárias, transferir os encargos dos investimentos resultaram em custos altos demais para o consumidor (NEVES, 2002). De acordo com Carlos Antônio Brandão (1999), os

investimentos da Telebrás em 1983 eram a metade dos que foram efetuados em 1976, enquanto a indústria de tele-equipamentos operava com 50% de ociosidade.

A abertura do mercado e a privatização do serviço de telecomunicação foi um terreno preparado pela aprovação no congresso de algumas leis específicas, entre elas: a Lei da TV a Cabo (nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995) estabeleceu regulamento e diretrizes para a concessão do serviço no mercado nacional; a Lei de concessões de serviços públicos (nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995) direcionada aos serviços de telefonia móvel celular e a Lei Mínima do Serviço Celular⁸ (nº 9.295, de 19 de julho de 1996) que autorizou a exploração pela iniciativa privada de transmissão via satélites, serviços de telefonia móvel de celular (inserida na Banda B), trunking and paging e redes corporativas (SILVA, 2015). No entanto, a lei que mais contribuiu para a privatização do sistema brasileiro de telecomunicações foi a de nº 9.472, conhecida como a Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que "criava e implementava o órgão regulador (Anatel) e aprovava o Plano Geral de Outorgas, o Plano Geral de Metas e a reestruturação do Sistema Telebrás, culminando com a venda das ações de propriedade da União" (NEVES, 2002, p.305).

Segundo Licínio Velasco Jr. (1999), apesar da própria legislação do PND permitir a venda de ações à preço fixo, os leilões foram adotados como modelo básico de venda, por ser tido como maximizador e assim sendo, teria maior potencial de reduzir os problemas de ordem financeira do Estado. Althaus Junior (2002) afirma que antes do leilão da Telebrás, foi decidido após discussões com participantes do mercado e consultores ligados ao Ministério das Comunicações, pela cisão da estatal antes de realmente privatizá-la, que seria reorganizada em três grandes empresas de telefonia fixa, oito empresas de telefonia celular – correspondentes às áreas de concessão definidas pela Lei Mínima – e a Embratel, operadora de longa distância. Em julho de 1998 foi realizado o leilão de privatização das doze empresas que compunham a Telebrás por R\$ 22,06 bilhões, apontado por Brandão (1999) como o maior da história do capitalismo, um processo considerado um tanto apressado, considerando que "Em apenas três anos – da quebra do monopólio em agosto de 1995 à privatização em julho de 1998 – o país estará realizando mudanças que as nações desenvolvidas levaram até dezenove anos para levar a cabo" (BRANDÃO, 1999, p.15). O que não aconteceu sem a resistência de organizações populares: nas ruas próximas a sede da Bolsa de Valores (no Rio de Janeiro) houveram manifestações lideradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e por sindicatos, também ocorreram protestos em outras cidades do país (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2024).

⁸ Ainda segundo Althaus Junior (2002), a Lei Mínima foi aprovada quando o governo percebeu que a abertura ao setor privado seria em demasiado atrasada pela necessidade de aprovar no Congresso um novo Código de Telecomunicações, decidindo então pelo envio de uma Lei específica para a liberação do serviço celular.

Figura 3 – Confronto entre manifestantes e polícia militar nas proximidades da Bolsa do Rio



Fonte: Estefan Radovicz (1998) apud Memorial da Democracia (2024)

Na época de sua privatização, a Telebrás era o maior sistema de comunicações da periferia capitalista, em tal nível que nenhum investidor tinha capacidade de adquiri-lo totalmente, fazendo com que fosse fragmentado e tivesse seus pedaços divididos entre grupos empresariais – como a Telefónica de España, Grupo Jereissati, Grupo Opportunity e outros (MARINGONI, 2010). Para privatizá-las, as 12 empresas foram classificadas em três grupos: telefonia fixa e telefonia de longa distância (Grupo 1), telefonia celular nas áreas mais economicamente favorecidas (Grupo 2) e telefonia celular nas áreas menos economicamente favorecidas (Grupo 3) (ALTHAUS JUNIOR, 2002), os lances para as empresas destes grupos podem ser resumidos na tabela a seguir, assim como os consórcios participantes e os valores obtidos.

Quadro 01 - Leilão de privatização do Sistema Telebrás

COMPANHIA	CONSÓRCIOS QUE DISPUTARAM	CONSÓRCIO VENCEDOR	PREÇO MÍNIMO (R\$MILHÕES)	PREÇO PAGO (R\$MILHÕES)
Grupo 1				

Telesp (SP)	Duas propostas: Tele Brasil Sul e Telecom Italia/ UGB. Outros quatro concorrentes rasgaram os envelopes, ao conhecerem o lance da Telefônica	Tele Brasil Sul (Telefônica, Iberdrola, Banco Bilbao Vizcaya, Portugal Telecom, RBS)	3.520	5.783
Tele Centro Sul (PR, SC, MS, MT, GO, AC, TO, RO, DF)	Lance único: Solpart (Telecom Italia, fundos de pensão, Opportunity)	Solpart	1.950	2.070
Tele Norte Leste (RJ, ES, MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AM, RR, AP)	Lance único: AG Telecom (Andrade Gutierrez, Inepar, La Fonte, Macal, Fiago, Brasil Veículos, Companhia de Seguros Aliança, BNDESPAR)	AG Telecom	3.400	3.434
Embratel (BR)	Duas propostas: Sprint/ fundos de pensão/ Opportunity; e Startel Participações (MCI)	Startel Participações (MCI)	1.800	2.650
Grupo 2				
Telesp Celular (SP)	Três propostas: Telecom Italia/ UGB; Telpart; e Portelcom Participações	Portelcom Participações (Portugal Telecom)	1.100	3.588
Tele Sudeste Celular (RJ, ES)	Quatro propostas: Telefônica; Telecom Italia/ UGB; Telpart; e France Télécom	Telefônica (com Telefônica Internacional, Iberdrola, NTT Mobile e Itachu)	570	1.360
Telemig Celular (MG)	Dez propostas: Telpart; Bozzano; SBC; Splice; France Télécom; Bell Canada; Air Touch; Qualcomm; Cowan; e Bell South	Telpart (Telesystems e fundos de pensão)	230	756
Tele Celular Sul (PR, SC)	Dez propostas: Telecom Italia/ UGB; Bozzano; SBC; Splice; Fator/ Alusa/ Telemont; France Télécom; Bell	Telecom Italia/ UGB	230	700

	Canada; Airt Touch; Qualcomm; e Cowan			
Grupo 3				
Tele Nordeste Celular (AL, PE, PB, RN, CE, PI)	Quatro propostas: Telecom Italia/ UGB; Telpart; Airt Touch; e Cowan	Telecom Italia/ UGB	225	660
Tele Leste Celular (BA, SE)	Oito propostas: Telefónica; Bell Canada/ fundos de pensão; France Télécom; Airt Touch; Telpart; Cowan; Splice; e Qualcomm	Telefónica Internacional e Iberdrola	125	428
Tele Centro Oeste Celular (DF, GO, TO, MS, MT, RO, AC)	Três propostas: France Télécom; Bid; e Qualcomm	Bid AS (Splice)	230	440
Tele Norte Celular (MA, PA, AM, AP, RR)	Duas propostas: Telpart; e France Télécom	Telpart (Telesystems e fundos de pensão)	90	188

Fonte: Melo e Gutierrez (2002) apud Althaus Junior (2002)

Diante da conjuntura apresentada, quando presume-se que o mais importante objetivo a ser alcançado com a privatização era a possibilidade de utilizar as receitas para abater a dívida pública, e especialmente no caso Telebrás, a sua privatização contribuiu com o equivalente a 2,1% do PIB (PINHEIRO, 1999), e o processo do leilão foi considerado um sucesso, uma vez que obteve um ágio 63% superior ao preço mínimo estabelecido, como também afirma Althaus Junior (2002). Não podemos, no entanto, ignorar as observações feitas por Paulo Fernando Jurado da Silva (2015) quando tornou evidente que essas privatizações estavam apoiadas nos pressupostos de que a alocação dos fatores pelo mercado apresentaria ótimos resultados, de que o Estado é ineficiente no cuidado com os serviços públicos e que portanto, seu único encargo deveria ser o de corrigir as falhas de equilíbrio do mercado, regularmente prometendo aos consumidores a universalização das telecomunicações, com custos de instalação e serviços potencialmente barateados. Silva (2015) reforça um fato semelhante ao que foi considerado por Caio Tácito em 1983 sobre o conflito de objetivos na discussão entre interesse público e obtenção de lucros, e investigando o caso das telecomunicações, reitera que o mercado não possui por excelência o compromisso com direitos e cidadania.

“Essa transferência de poder é parcialmente acompanhada de uma transferência de responsabilidades, uma vez que a empresa não tem (e não deve ter se quiser manter os níveis de competitividade exigidos no período atual) compromisso com os lugares, as regiões ou mesmo os territórios nacionais e tampouco com as sociedades que esses compartimentos geográficos abrigam.” (SILVA, 2015, p.110)

Entre as empresas subsidiárias que faziam parte do Sistema Telebrás e que foram transferidas para o capital privado, estava a Telecomunicações da Paraíba S/A (TELPA), responsável pela telefonia fixa na Paraíba antes de ser leiloada. As operações de telefonia móvel foram incorporadas a Tele Nordeste Celular, que juntamente a Tele Celular Sul, foram arrematadas pela Telecom Itália em parceria com a UGB Participações – futuramente se tornando o Gruppo TIM – enquanto a TELPA foi agrupada às congêneres de outros estados na holding Tele Norte Leste, arrematada em lance único pelo Consórcio AG Telecom, de empresariado nacional, representado em 25% pelo BNDESpar, e todo o restante composto por grupos como a Andrade Gutierrez, Inepar, La Fonte/Flago, Macal, Companhia de Seguros Aliança, Brasil Veículos e outros (ALTHAUS JUNIOR, 2002).

3.1. O CASO TELPA

Podemos entender os impactos dessa crise na Paraíba quando observamos os movimentos de migração nas regiões metropolitanas do Estado, em especial João Pessoa e Campina Grande, cidades que apresentam uma forte concentração demográfica⁹, e que indicam um deslocamento da população para áreas com maior oferta de emprego e melhor acesso às políticas públicas. Com a recessão econômica acentuada nos governos dos Fernandes – Collor e FHC –, marcada por altos índices de desemprego, esse movimento populacional em direção às metrópoles começa a ganhar características inversas, um fenômeno que viria a ficar conhecido como “a migração de retorno”, como classifica José Mauro Pompeu (2021), ao mesmo tempo em que nos apresenta outro aspecto que configura o poder político na Paraíba – o de que nas últimas três décadas os destinos do todo o Estado foram decididos por 20 famílias que, concentraram historicamente influência e riqueza. Esse tipo de política já mostrava-se ineficiente, sustentada na influência das oligarquias e na prática coronelista, foi prejudicial para conter a desintegração do Estado na crise da década anterior, que segundo Antonino Nunes (2003), manifestava-se nas administrações neo-populistas com um número exorbitante de nomeações para o serviço público e seu excessivo endividamento, que ficou entregue à situação de defasagem, foi o período em que “o ensino público degradou-se, hospitais estatais faliram, estradas asfaltadas desapareceram, repartições se deterioraram e sociedades de economia mista passaram a atuar no vermelho” (NUNES, 2003, p.136)

Pompeu (2021) também nos ajuda a entender quais eram esses grupos políticos que se desenhavam dominantes no período estudado. Segundo o autor, nas eleições de 1994 os paraibanos elegeram Antônio Mariz e José Maranhão para os cargos de Governador e vice-governador do Estado, ambos do PMDB. Mariz faleceu antes de completar um ano de mandato, e José Maranhão não só assume o Governo da Paraíba, como lhe é consagrada a reeleição do cargo em 1998, sendo uma personalidade de destaque no partido, que liderava uma extensa coligação chamada “PARAÍBA UNIDA”¹⁰, nas eleições daquele ano, a coligação obteve 83,3% das cadeiras no legislativo. Mesmo com a divergência entre os grupos Maranhão e

⁹ Juntas, as duas cidades correspondem a mais de 45% do PIB de todo o Estado.

¹⁰ A coligação contava com os partidos PMDB, PSDB, PPB, PL, PFL, PSC, PSL, PTB, PST e PDT.

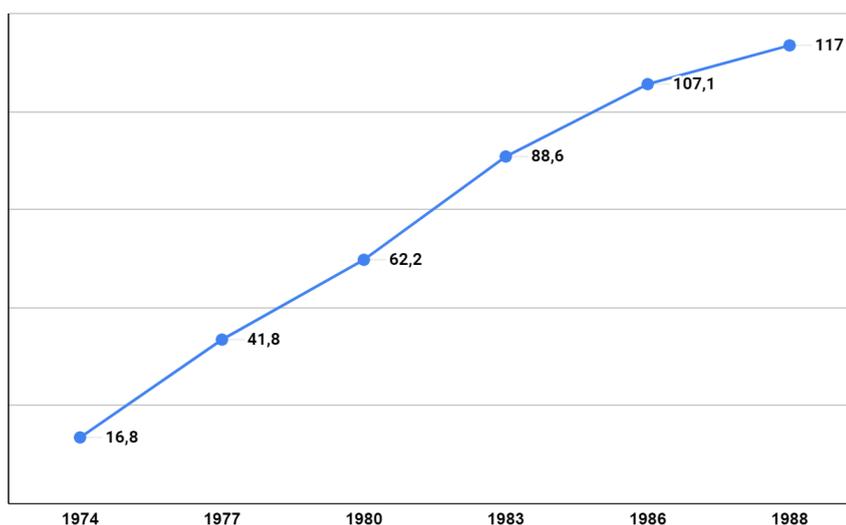
Cunha Lima, ela não significa mais que a dispersão natural do poder, que foi significativa nas eleições daquele ano.

“O domínio do PMDB nas eleições de 1998 expressa-se através da sobre-representação da legenda nas principais regiões do estado, com o domínio do grupo Cunha Lima na região do agreste, do grupo Motta-Wanderley na região do sertão e do grupo Maranhão na região da Mata Paraibana” (POMPEU, 2021, p. 174).

Em vista disso, nos anos 1990, as políticas estaduais para o desenvolvimento industrial foram, basicamente a concessão de incentivos fiscais e financeiros – em geral relacionados ao ICMS – como atrativos para manter o capital na região, o que à curto prazo realmente apresentava ganho de empregos e renda para a população, mas era um mecanismo falho a médio e longo prazos, já que não sustentava os empreendimentos na localidade, quem iam embora em busca de novos incentivos fiscais em outras regiões quando o daquela se extinguia (PEREIRA, 2008).

Uma das maiores empresas que compunham o cenário paraibano era a Telecomunicações da Paraíba S.A. (TELPA), uma estatal de economia mista que atuava na prestação do serviço de telefonia fixa no Estado, que em termos de tecnologia, apresentava rentabilidade e contínuo crescimento de seu alcance, não obstante as limitações para o acesso da população a esses avanços. Um aprimoramento técnico que pode ser percebido através dos trabalhos de Juan Alfonso Dowling (1989), indicando que ele pode ser medido pelo fato de que em 1977 – após um período de instauração – já atuava em quase todo o Estado, mas esse desenvolvimento pode ser medido principalmente pelo surpreendente aumento da quantidade de telefones em comparação ao número de empregados na empresa.

Figura 4 – Número de telefones por empregado na Telpa entre 1974-1988



Fonte: Adaptado de Dowling (1989)

Mesmo com a restrição de investimentos que limitava a política de expansão e melhorias, a Telpa estava, como mencionado por César Lima e Cosmo Severiano Filho (1999), envolvida com o desenvolvimento do Estado, com forte compromisso social para com a população paraibana, e muito disso se deu na busca de absorver toda a tecnologia capaz de melhorar a qualidade e produtividade dos serviços prestados, e entre as empresas da Telebrás, a Telpa teve um grande destaque pela

persistência na implementação de tecnologia digital, optando pelas centrais Trópico-R, dispositivos da indústria nacional desenvolvidos pelo CPqD sem copiar as centrais fabricadas pelas multinacionais, e assim sendo, é possível compreender a estatal como um tipo de laboratório de inserção dos Trópicos-R, que pretendia-se gradualmente substituir as antigas centrais eletromecânicas. Esse desenvolvimento da empresa de Telecomunicações da Paraíba também pode ser medido quando observamos o número de terminais instalados em uma década, partindo de 8.732 no ano de 1974 para 51.256 em 1984, um crescimento de 587% – um dado que não pode ser atribuído ao crescimento da própria Telebrás se tivermos em vista que, no mesmo período o sistema alcançou excelentes índices de desenvolvimento, mas que não representam metade do que fora alcançado pela Telpa (DOWLING, 1989). Nos anos 1980, os serviços de telefonia da empresa já eram ofertados em todas as cidades do Estado, lideranças políticas de cada localidade já haviam solicitado o serviço para ver suas respectivas cidades conectadas com o mundo.

Figura 5 – Governador Tarcísio Burity faz ligação telefônica na cidade de Monteiro (PB) e inaugura posto telefônico em 1979.

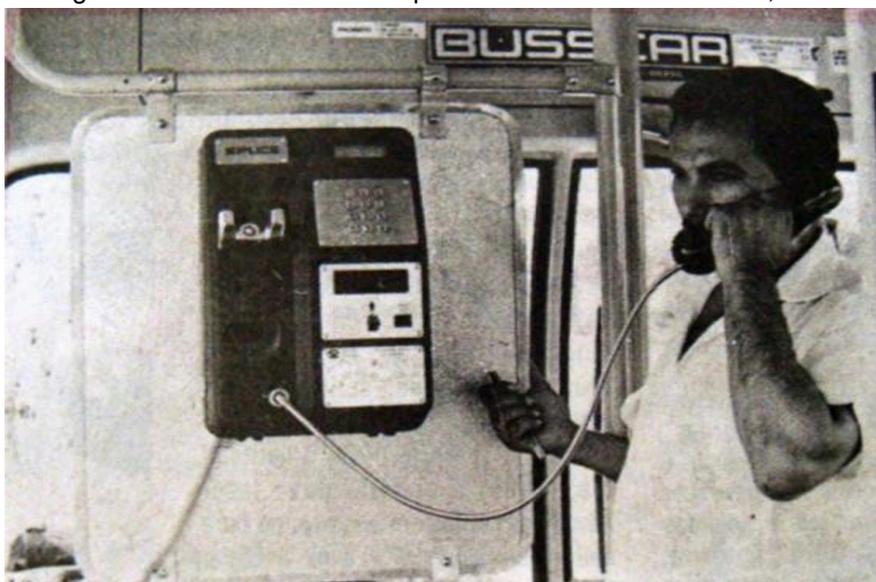


Fonte: Revista anual Tarcísio Burity (1979) apud Gerlane Santos (2012)

Os dados indicavam um vasto alcance dos serviços de telecomunicações no Estado, mas no início dos anos 1990, haviam críticas ao desempenho desses serviços, o que a Telpa buscou, com sucesso, consertar até a primeira metade da década. De acordo com Lima e Severiano Filho (1999), a partir de 1992, a empresa implementou uma série de medidas para garantir o aperfeiçoamento sistematizado, ocupando neste ano a 27ª posição no ranking do Sistema Telebrás, e alcançou o 4º lugar em 1995, onde se manteve até os dias de sua privatização. Na realidade, a Telecomunicações da Paraíba S.A. investiu profundamente em treinamento e capacitação dos seus funcionários, desenvolvendo "Programas de Qualidade" para atender as expectativas dos seus clientes. É evidente que existe um interesse da empresa na geração de lucros, mas esse não era o único intuito da Telpa, cuja intenção era que esse desenvolvimento também acontecesse juntamente aos colaboradores, promovendo vários tipos de treinamentos, cursos, palestras e seminários, bem como pela sua cooperação com a comunidade, "através do melhoramento à nível de serviços prestados com a qualificação dos seus colaboradores e a diversificação dos serviços no mercado paraibano" (LIMA; SEVERIANO FILHO, 1999. p.10)

Entre os anos de 1995 e 1998, os recursos da Telpa foram intensivamente aplicados na reestruturação tecnológica da empresa, empenhando-se na aquisição de telefones públicos à cartão, novas centrais digitais, fibras e entroncamentos ópticos, rádios digitais, softwares e sistemas de supervisão etc (LIMA; SEVERIANO FILHO, 1999). Na época, a Telpa havia realizado até mesmo um experimento para instalar telefones públicos - operados por cartão telefônico - dentro de ônibus, o teste aconteceu com a companhia Rogetur Transporte e Turismo Ltda., mais especificamente na linha 5115-Cabedelo, que transportava passageiros entre as cidades de João Pessoa e Cabedelo, e o preço das ligações eram similares ao dos telefones públicos convencionais. Apesar disso, com altos custos e baixa demanda, a Telpa decidiu por encerrar o sistema após a fase experimental, mas serviu de modelo para sistemas que futuramente foram implementados nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (TAVARES, 2021).

Figura 6 – Modelo de telefone público em ônibus na Paraíba, 1994



Fonte: Wagner de Souza Tavares (2021)

Ainda que tenhamos compreensão dos eventos que levaram o Sistema Telebrás a ser privatizado, é também necessário discutir se a venda – em especial da Telpa – corresponde ao discurso sustentado pelos grupos interessados para que ela ocorresse, muito disso baseado na argumentação de que o Estado, para lidar com a crise, deveria livrar-se de “empresas-problema”. Uma fonte que traz essas informações à luz do debate são os próprios documentos da época, naturais de seu contexto.

Conforme mencionado anteriormente, foram estabelecidos mecanismos de restrição e monitoramento das estatais, e entre eles existia o Programa de Dispêndios Globais (PDG), um documento com aspectos de relatório sobre os recursos e gastos de cada empresa, que apresenta detalhes sobre a origem desses recursos e como ele era aplicado, e ajuda o governo a orientar a sua política econômica. Em janeiro de 1998, alguns meses antes que a Telebrás fosse privatizada, foi lançado o PDG para as empresas estatais naquele ano, que além de estabelecer um limite global de investimentos, baseados nos gastos e recursos do ano anterior, é também um importante demonstrativo de eficiência – e ineficiência – de cada empresa listada nos anexos do decreto. O discurso corrente apresentava a Telebrás, com todas as operadoras, como uma empresa de baixa rentabilidade, e

que a privatização era o único caminho para assegurar a continuidade do setor de telecomunicações no Brasil. Entretanto, ao deter atenção na listagem dos recursos e as suas aplicações naquele ano para a holding Telebrás, é possível perceber que de fato, os recursos controlados pela empresa eram em maior parte receitas não-operacionais, ou seja, não eram necessariamente um retorno financeiro pelo serviço prestado, mas sim recursos de outras origens, como como subsídio e venda dos ativos. Além de que, devido a limitação do financiamento, uma pequena parcela desses recursos foi convertida em melhorias para o setor, como a compra de equipamentos e expansão da infraestrutura, sendo utilizados em maior parte em dispêndios como o pagamento de funcionários e despesas correntes.

Figura 7 – Demonstrativo da Telebrás nos Dispêndios Globais de 1998

ANEXO AO DECRETO NR. _____, DE _____ DE JANEIRO DE 1998		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG PROGRAMAÇÃO 1998 DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO SECRETARIA DE COORDENACAO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG PROGRAMAÇÃO 1998 DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA: TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS		VALORES EM R\$ 1,00	
U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.095.717.729	RECEITAS	2.194.568.964
INVESTIMENTOS	18.966.707	SUBSÍDIO DO TESOUREIRO	
INVERSOES FINANCEIRAS	151.193.100	RECEITA OPERACIONAL	244.784.259
AMORTIZACOES - PRINCIPAL	84.419.587	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.949.784.705
OPERACOES INTERNAS		REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	
OPERACOES EXTERNAS	84.419.587	TESOURO	
OPERACOES RESOLUCAO 63		PROMIT. ASSIN. (CAPITAL.)	
OUTRAS FONTES		PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.841.138.335	PART. CAPITAL-MERC. ABERTO	
		DEMAIS PARTICIPACOES	

Fonte: BRASIL, decreto nº 2.4533 de 6 de janeiro de 1998

Por outro lado, ao buscar pelos números da Telpa nos mesmos documentos, o que se encontra é a demonstração do exposto sobre sua contínua modernização, o aperfeiçoamento dos seus sistemas e a persistência em alcançar um padrão de qualidade nos serviços de telefonia que conectaram os paraibanos diariamente. Os recursos que constituíam a Telpa, em quase sua totalidade, eram na realidade receitas operacionais que demonstram o imenso alcance e adesão do serviço no Estado, e sendo capaz de até mesmo cobrir¹¹ – sem as demais fontes de recursos – todas as despesas (dispêndios) da estatal. Além disso, vale destacar que entre esses gastos, mais de 70% eram investimentos em melhorias para o segmento.

¹¹ Os gastos totais da TELPA no Programa de Dispêndios Globais eram de R\$ 225.617.683, enquanto apenas a sua Receita Operacional estava avaliada em R\$ R\$ 258.799.545

Figura 8 – Demonstrativo da Telpa nos Dispendios Globais de 1998

ANEXO AO DECRETO NR. _____, DE _____ DE JANEIRO DE 1998

MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO SECRETARIA DE COORDENACAO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS		PROGRAMA DE DISPENDIOS GLOBAIS - PDG PROGRAMACAO 1998 DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA: TELECOMUNICACOES DA PARAIBA S.A. - TELPA			
VALORES EM R\$ 1,00			
U S O S	VALOR	F O N T E S	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	58.605.975	RECEITAS	259.152.525
INVESTIMENTOS	42.506.185	SUBSIDIO DO TESOIRO	
INVERSOES FINANCEIRAS		RECEITA OPERACIONAL	258.799.545
AMORTIZACOES - PRINCIPAL		RECEITA NAO OPERACIONAL	352.980
OPERACOES INTERNAS		REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	19.610.000
OPERACOES EXTERNAS		TESOIRO	
OPERACOES RESOLUCAO 63		PROMIT. ASSIN. (CAPITAL.)	
OUTRAS FONTES		PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	16.099.790	PART. CAPITAL-MERC. ABERTO	
		DEMAIS PARTICIPACOES	19.610.000

Fonte: BRASIL, decreto nº 2.4533 de 6 de janeiro de 1998

Nenhum desses valores foi suficiente para evitar que a Telecomunicações da Paraíba encontrasse o mesmo destino que as demais operadoras estaduais, a massiva liberalização das empresas nacionais fez a Telpa ser agrupada com as *teles* de outros 15 estados para compor a Tele Norte Leste Participações S/A, na época com 37 mil funcionários, era a maior holding a ser privatizada, e no entanto, segundo o jornal Folha de São Paulo (1998), foi a que obteve o menor ágio na venda do sistema, de apenas 1% a mais que o preço mínimo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo está ainda em fase inicial e apresenta resultados preliminares. Os dados que foram obtidos até o momento atual oferecem uma base do que não só pode, mas deve ser aprimorado em pesquisas futuras para alcançar conclusões mais robustas. Em vista do que expõe as páginas anteriores, a privatização do setor de telecomunicações, algo recente na história brasileira, é mais uma demonstração dos efeitos do neoliberalismo nas últimas três décadas do século XX, que vem transformando em mercadoria os setores que são essenciais para o desenvolvimento do país, que ao longo de sua história esteve situado na periferia do capitalismo global, relegado à necessidade de que outros países que habitavam o centro dessa estrutura econômica procurassem aqui a matéria-prima necessária para alimentar a indústria que se fortalecia no hemisfério norte – e, não por coincidência, eram quase sempre as antigas metrópoles.

Na década de 1970, a Telebrás passou a compor a indústria nacional, que vinha ganhando força pela ação do Estado com políticas protecionistas e preenchimento dos espaços vazios de produção a partir dos anos 1930. A estatal foi capaz de unificar os sistemas de telecomunicações existentes no país, tornar o serviço padronizado e gerenciar programas de pesquisa tecnológica. Entretanto, com a crise interna e o endividamento externo, os discursos inflamados de apelo a soluções imediatas, provocaram sérias limitações de investimentos e bloqueio da sua capacidade de expansão, e assim, empresas como a Telebrás tiveram que assumir os encargos pela crise enfrentada no país, se tornando em alguns aspectos um sistema ocioso e com baixa capacidade de autofinanciamento. Contribui para a

conjuntura a pressão externa pela desestatização da economia nacional, característica comum das nações imperialistas, em que matéria e obra não convém ocupar o mesmo ambiente na exploração das atividades econômicas, tornando assim, um dos pontos centrais dos governos que ocuparam o Palácio do Planalto nos anos 1990 a quebra do monopólio estatal de setores como energia, mineração, telecomunicações, petroquímica etc. Entre eles, a Telebrás, fatiada de acordo com o tipo de serviço e sua localização geográfica, logo antes de ser vendida.

Dessa forma, quando o presente trabalho se propõe a analisar a privatização de empresas públicas na Paraíba, partindo do caso da Telpa, o que se compreende é um exemplo de como as políticas econômicas dominantes nas relações internacionais – e por isso, entende-se aquelas que são determinadas pelos países do centro industrial global – moldam as decisões governamentais de países subdesenvolvidos como o Brasil e, por extensão, se traduzindo na realidade dos paraibanos, o que no caso avaliado, não pode-se dizer que tenha sido para melhor. O caminho que estava sendo trilhado pela Telpa era ímpar entre as empresas de telecomunicações. Em dias da privatização, contava com mais de mil funcionários em todo o Estado, apresentava bons resultados financeiros e aplicava continuamente programas de qualidade e absorção de novas tecnologias. E de fato, segundo César Lima e Cosmo Severiano Filho (1999), no primeiro ano após a privatização, os investimentos em capacitação e treinamento diminuíram na faixa de 30,42%, limitando o *fator humano* que era defendido e aplicado pela empresa desde 1992, quando era estatal e estava comprometida sobretudo com os aspectos sociais e o bem-estar na sua área de atuação, algo que para a empresa privada, são variáveis a serem considerados muito abaixo do fator lucratividade.

REFERÊNCIAS

ALTHAUS JUNIOR, Adalto Acir. **Um balanço do processo de privatização do sistema de telefonia fixa e móvel no Brasil**. 2002. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

BRANDÃO, Carlos Antônio. A política de telecomunicações no Brasil: do monopólio público ao recente processo de privatização e regulamentação. In: **ANAIS DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS**, 1999, Campinas: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 1999.

BRASIL, Decreto nº 2453, de 06 de janeiro de 1998. Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para 1998 e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, p. 4. Seção 1

BOITO JUNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: **FÓRUM ECONÔMICO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**, 9, 2012, São Paulo: FGV, 2012. p. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/ade5e22f-906a-40f0-810a-0126908fafb6>. Acesso em: 19 fev. 2024.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.. **Uma introdução à História**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

COUTINHO, Diogo R.; MESQUITA, Clarissa Ferreira de Melo; NASSER, Maria Virgínia Nabuco do Amaral Mesquita. Empresas estatais entre serviços públicos e atividades econômicas. **Direito Gv**, São Paulo, v. 15, n. 1, jan./abr. 2019.

DOWLING, Juan Alfonso. **TELPA: da central passo a passo à central digital**. 1989. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1989.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965. 256 p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. 248 p.

GOVERNO PRIVATIZA O SISTEMA TELEBRÁS. Memorial da Democracia. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/>

IOZZI, Fabíola Lana. **Políticas territoriais das empresas de telecomunicações no Brasil: universalização do serviço de telefonia fixa**. 2006. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Sp, 2005.

LIMA, César Emanuel Barbosa de; SEVERIANO FILHO, Cosmo. Qualidade total e inovação tecnológica na TELPA: seus impactos sobre a empresa. In: **Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção - Enegep**. São Paulo: Abepro, 1999.

Maior holding da Telebrás, Tele Norte Leste obteve o menor ágio da privatização. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 de julho de 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc30079821.htm>. Acesso em: 15 out. 2024

MARINGONI, Gilberto. Comunicações na América Latina: progresso tecnológico, difusão e concentração de capital (1870-2008). In: CASTRO, Daniel; MELO, José Marques de; CASTRO, Cosette (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. p. 159-166.

MOCCIA, Maria Hermínia Penteado Pacheco e Silva. **Sociedade de economia mista**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Comercial. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

MUSACCHIO, Aldo; LAZZARINI, Sergio. **State-Owned enterprises in Brazil: History and Lessons**. In: Workshop on State-Owned Enterprises in the Development Process. Paris: OECD 2014. 41p.

NERIS JUNIOR, Celso Pereira. **A evolução recente do setor de telefonia móvel: oportunidades e restrições para o desenvolvimento endógeno no Brasil**. 2013. 144 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013.

NEVES, Maurício dos Santos. O setor de telecomunicações . In: SÃO PAULO, Elizabeth Maria De; KALACHE FILHO, Jorge (Org.). **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: histórias setoriais**. Rio de Janeiro: DBA Editora, 2002. p. 297-318.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **O partido dos trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no estado (1980/2000)**. 2003. 390 f. Tese (Doutorado) - Curso de História do Brasil, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2003.

PÊGO FILHO, Bolívar; CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo; PEREIRA, Francisco. Investimento e Financiamento da Infra-Estrutura no Brasil: 1990/2002. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, n. 230, AGO. 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 21 mai. 2024.

PEREIRA FILHO, José Eduardo. **A Embratel: da era da intervenção ao tempo da competição**. Revista de Sociologia e Política, n. 18, p. 33–47, jun. 2002.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande-PB a partir dos anos 1990**. 2008. 358 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2008.

PINHEIRO, Armando Castelar; OLIVEIRA, Luís Chrysóstomo. Privatização no Brasil: Passados, planos e perspectivas. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, n. 230, AGO. 1991. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 20 mai. 2024.

PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: Por quê? até onde? até quando?. In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: Bndes, 1999. p. 147-181.

POMPEU, José Mauro de Pontes. **Na poeira do nosso passado: perfil sociopolítico do poder legislativo do estado da paraíba (1990-2018)**. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2021.

REVISTA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES. Rio de Janeiro: Telebrasil, jul-ago 1984.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. A gênese do neoliberalismo no Brasil: uma análise dos ajustes da SEST. **Economia e Sociedade**, v. 31, n. 3, p. 553–578, set. 2022.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Silveira. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 168 p.

SANTOS, Gerlane Faustino dos. **Entre o tradicional e o moderno: serra da raiz 1960/1970**. 2012. 22 f. (TCC) - Curso de História, UEPB, Guarabira, 2012.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. Os anos 1950-1960: a bossa, a democracia e o país subdesenvolvido. In: **Brasil: Uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 412-436.

SILVA, Paulo Fernando Jurado. **Geografia das telecomunicações no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, 306p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 1 de junho 2024.

SINGER, Paul. Economia Internacional. In: SINGER, Paul. **Aprender Economia**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 103-133.

VELASCO JUNIOR, Licínio. Privatização: mitos e falsas percepções. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org). **A economia brasileira nos anos 90**. 1. ed. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. 183-216.

TÁCITO, C. Direito administrativo e direito privado nas empresas estatais. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 151, p. 22–28, 1983.

TAVARES, Wagner de Souza. Phonecard-operated payphones in buses in Brazil. **DAT Journal**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 117–126, 2021. Disponível em: <https://datjournal.anhembri.br/dat/article/view/441>. Acesso em: 9 out. 2024.

TEIXEIRA, Rogério de Assis; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. Evolução das Telecomunicações no Brasil, 1950-2001: o caso da telefonia. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 150-178, jan./mar. 2003.

VELASCO JUNIOR, Licínio. Privatização: mitos e falsas percepções. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org). **A economia brasileira nos anos 90**. 1. ed. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. 183-216.

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer de antemão a minha orientadora, Noemia Dayana, por todos os ensinamentos valiosos nesse processo, pela dedicação incansável e por ter acreditado desde a primeira orientação na minha capacidade em desenvolver esse trabalho.

Agradeço também a José Yan, o hemisfério direito, por toda amizade e apoio que fizeram os desafios dessa jornada parecerem fáceis, há seis anos eu conhecia um amigo sem imaginar que ele se tornaria um irmão para mim.

Aos meus companheiros de graduação e amigos de vida: Ana Vitória, Glauber Bezerra, Ana Carolina, Tamiris Constantino e Callyson Emanuel. Bem como Flávia Alcântara, Déborah Oliveira, Cristian e Patricia, amigos que mesmo não trilhando o mesmo caminho, foram essenciais e demonstraram apoio para chegar em momentos como este.

A minha família. Meu pai, Fabiano e meus irmãos, Kaike e Heitor, e especialmente a minha mãe Patrícia, que se sacrificou mais vezes do que posso contar para me dar a oportunidade de estudar e alcançar meus objetivos.

Á todos vocês, o meu voto de gratidão.